

VI AO VIII ENCONTRO NACIONAL
DE SIGNATÁRIAS DA
PLATAFORMA MROSC

RELATÓRIO DE ATIVIDADES





INTRODUÇÃO

Desde sua formação, em 2010, a Plataforma MROSC definiu e segue cinco princípios básicos orientadores de sua ação:

1. Processos e instâncias efetivos de participação cidadã nas formulações, implementação, controle social e avaliação de políticas públicas;
2. Instrumentos que possam dar garantias à participação cidadã nas diferentes instâncias;
3. O estímulo ao envolvimento da cidadania com as causas públicas, criando um ambiente favorável para a autonomia e fortalecimento das OSC;
4. Mecanismos que viabilizem o acesso democrático aos recursos públicos e que permitam a operacionalização desburocratizada e eficiente das ações de interesse público;
5. Um regime tributário apropriado e favorecido às OSC, incluindo a criação e aprimoramento de incentivos fiscais para doações de pessoas físicas e jurídicas.

Entre 2019 e 2021, a Plataforma MROSC realizou os VI e VII Encontros Nacionais de Signatárias, os quais enfatizaram a necessidade de a Plataforma se dedicar a defesa da autonomia das OSC perante o Estado, partidos e empresas, atuando também na promoção da agenda do marco regulatório, de forma a garantir o acesso a recursos em parcerias com o Estado; a defesa de regras tributárias próprias e a construção da Plataforma como espaço unitário de articulação nacional.

O presente relatório buscou realizar um compilado das principais atividades levadas a cabo pela Plataforma de junho de 2019 a junho de 2021, destacando também desafios encontrados, a partir da estruturação de 4 eixos principais:

- ★ Recuperação do sentido completo da plataforma e do entendimento enquanto o que é MROSC;
- ★ Expansão quantitativa e qualitativa da base da plataforma através da interiorização e fortalecimento das Signatárias;
- ★ Fortalecimento das ações de Incidência Política da Plataforma MROSC;
- ★ Fortalecimento institucional da própria estrutura da plataforma.

Desejamos uma boa leitura!



Recuperação do sentido completo da plataforma e do entendimento enquanto o que é MROSC

Falar de MROSC é, primeiramente, considerar que a sigla acabou sendo utilizada indiscriminadamente, muitas vezes, sem que se dê a ela todo o significado que contém.

Vejam os:

- ★ O Novo Marco Regulatório das organizações da sociedade civil traz como pano de fundo um processo de luta democrática contra a criminalização da sociedade civil organizada, alvo, inclusive, de CPIs.
- ★ A luta pelo reconhecimento do papel das OSC na participação cidadã, na intervenção nas políticas públicas, na defesa intransigente de nossa Democracia.
- ★ O desafio da sustentabilidade das nossas ações e das próprias organizações.
- ★ A dificuldade de acesso a recursos públicos pelas OSC, num contexto marcado pela desigualdade social, econômica e de oportunidades;
- ★ A necessidade de um ambiente jurídico e institucional adequado a parcerias com o estado, considerando a especificidade das mesmas, a diversidade de organizações e movimentos sociais, de grande porte e de pequeno porte, associações de bairro, da agricultura familiar, de quilombolas, indígenas entre outras; relações de parcerias com mecanismos e instrumentos distintos de relações entre administrações.



Falar de MROSC é reconhecer o protagonismo da Plataforma por um Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Plataforma MROSC), como articulação nacional representativa de diversos movimentos sociais, OSC, organizações religiosas, institutos, fundações privadas e cooperativas da economia solidária.

A pressão exercida por essa articulação provocou os representantes do Estado Brasileiro para, enfim, conseguir a deflagração de um trabalho paritário, a constituição de um Grupo de Trabalho, no segundo governo Dilma.

Foi muito grande o empenho com o Executivo, seguido de intervenções no Congresso até a aprovação da Lei 13.019/2014, conhecida como lei do MROSC.

Sem dúvida, esta Lei significa um avanço e corresponde em muitos pontos ao que se pretendia como Plataforma: a superação da parceria como forma de prestação de serviço para órgãos do governo, a afirmação de novos instrumentos de parceria entre OSC e poder público: fomento, colaboração, acordo de cooperação. Uma Lei de caráter nacional válida, portanto, para todos os âmbitos: federal, estadual, municipal. A atenção à transparência, com a realização de chamamentos públicos, exigência de experiência comprovada, a valorização dos resultados das ações; custos indiretos possibilitando contratação de assessoria contábil e jurídica; remuneração da equipe de trabalho encarregada da execução do Plano de Trabalho, compreendendo também pessoal próprio da OSC; o reforço das atuações em rede, entre outros pontos que favorecem a qualidade da execução dos projetos em parceria entre sociedade civil e Estado.

Todavia, a luta pelo Novo Marco Regulatório não se limita ao que nos traz a lei, como contratualização das parcerias. Ela diz respeito à sustentabilidade das OSC, que compreende vários outros pontos, a exemplo das questões tributárias que continuam afetando nossas organizações.



As OSC, se já mostravam sua ação efetiva na luta pela democracia, agora, com as crises que vieram se aprofundando social, política e economicamente, agravadas pela crise na saúde e humanitária, vêm exercendo um papel fundamental com sua iniciativa, criatividade, numa manifestação de solidariedade permanente, de apoio à sustentabilidade de organizações menores, com atenção especial à necessária defesa de direitos e do enfrentamento das desigualdades gritantes que imperam em nosso país.

É inegável e sempre importante salientar a contribuição histórica das organizações da sociedade civil para a construção, a implementação e o monitoramento de políticas públicas. Destaca-se o empenho da sociedade civil para assegurar capilaridade à implementação do MROSC, enfrentando os desafios do contexto e buscando o reconhecimento da sociedade. Apesar disto, após a ruptura democrática ocorrida em 2016, a sociedade civil tem sido ameaçada em seus direitos e perdido espaços de participação, a exemplo dos Conselhos de Defesa de Direitos.

Este contexto amplia a relevância da Plataforma MROSC que se propõe a fortalecer as entidades da sociedade civil por meio da construção coletiva e participativa do novo marco regulatório adequado, incentivando e favorecendo a inserção das entidades nos processos de afirmação da democracia e do desenvolvimento sustentável do País.

A Plataforma MROSC se relaciona com essas problemáticas estruturais através de duas “Agendas”: uma agenda normativa e uma agenda de conhecimento. Conforme destacamos abaixo, a Plataforma recuperou este sentido amplo da agenda MROSC, atuando e incidindo em todos estes eixos como forma de propor e assegurar um ambiente favorável ao fortalecimento e autonomia das OSC numa sociedade democrática.



Destacamos brevemente as principais ações e temáticas abordadas em cada um dos eixos das agendas:

1. Agenda Normativa, a qual é composta por três eixos de ação:

A. Contratualização:

Neste eixo, a Plataforma segue na promoção de um ambiente favorável a implementação da lei 13019/14 a nível dos estados e municípios, fomentando diversas articulações para criação de Conselhos de Fomento e Colaboração (CONFOCO), propondo rodas e capacitações com gestores públicos e representantes de organizações sobre as etapas das parcerias entre a Administração públicas e as OSC. Destaca-se principalmente a atuação das plataformas estaduais nesta frente de aprimoramento do ambiente legal e institucional para atuação das OSC.

B. Sustentabilidade:

A Plataforma busca fortalecer a sustentabilidade das Organizações da Sociedade Civil a partir da compreensão desta a partir de três dimensões: política, econômica e técnica.

Neste sentido, a Plataforma tem se destacado como uma das principais articuladoras no cenário nacional na promoção e defesa de uma Reforma Tributária que seja justa e adequada às Organizações da Sociedade Civil, a qual se justifica em razão das mais variadas finalidades de interesse público destas organizações. Em outra frente, a Plataforma também tem contribuído com as reflexões sobre a incidência de ITCMD em doações às OSC.

A atuação também buscou fortalecer articulações, apoiando e contribuindo com a construção coletiva de espaços que possam incidir pelo fortalecimento da sustentabilidade política das OSC.

Por fim, a Plataforma garantiu o financiamento de ações e projetos, que enfatizaram as três dimensões da sustentabilidade de pequenas e médias Organizações, gravemente ameaçadas neste momento de pandemia.

C. Certificação:

Plataforma tem sido desafiada a se debruçar mais sobre os desafios atuais relacionados à certificação. Temos acompanhado a tramitação de projetos de lei que visam alterar os requisitos para concessão do CEBAS, mas a Plataforma necessita de maior envolvimento das signatárias que trabalham com o tema.

2. Agenda do conhecimento, também composta por três eixos de ação:



Foto 1: Caravana do Pará.

Foto 2: Caravana de Santa Catarina.

★ Caravanas (PE, Centro Oeste - Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, RJ, MG, SC, MA, PA, SP).

Como estratégia para fomentar a interiorização da Plataforma, a Plataforma MROSC tem realizado as Caravanas MROSC, espécie de painéis itinerantes, onde o conteúdo do MROSC e suas implicações políticas são expostos e debatidos, contando com representantes de organizações, universidades e poderes públicos.



A ideia é fomentar uma articulação estadual e criar espaços de formação e troca de experiências, apoiando com informações qualificadas e sensibilizando para participação no processo de implementação das parcerias entre o poder público e as organizações. As caravanas têm ainda por objetivo uma formação mais geral de multiplicadores/as para disseminação de conhecimentos nas regiões.

No total, a Plataforma, nesse período, realizou 9 Caravanas: Acre, Pernambuco, Rio de Janeiro, Centro Oeste (Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso), Santa Catarina, Minas Gerais, Pará, Maranhão e São Paulo e mobilizaram mais de 230 Organizações da Sociedade Civil e mais de 260 pessoas. Com a pandemia, têm sido realizadas de maneira online.

B. Pesquisa;

• Relatório de violações

No primeiro semestre de 2021, a Plataforma tem se dedicado à elaboração de Relatório sobre criminalização burocrática das Organizações da Sociedade Civil, em parceria com a consultoria jurídica. Em junho de 2021, a Plataforma realizou oficina com OSC convidadas para debater e refletir sobre a metodologia apresentada para o estudo, o qual será publicado no segundo semestre de 2021.

• Dados sobre OSC

Durante os anos de 2019, 2020 e 2021 a Plataforma MROSC com a forte contribuição da equipe da Fundação Grupo Esquel Brasil realizou alguns estudos sobre a importância da atuação das OSC para a sociedade Brasileira. Esses estudos foram realizados para os estados do DF, GO, MS, MT, MA, BH, e abordam os seguintes temas:

- » Voluntariado
- » Osc e empregabilidade
- » Origem das receitas
- » Quem e quantos somos

- » História e surgimento das OSC
- » Eficiência das OSC
- » Incentivos Fiscais
- » Futuro das OSC

C. Disseminação

1. Momento MROSC

MOMENTO MROSC
TRANSMISSÃO NO FACEBOOK E YOUTUBE DA PLATAFORMA MROSC

A construção do ambiente favorável ao fortalecimento e autonomia das OSC numa sociedade democrática

Mediação
Elione Rolemberg
Ex-representante do CJAF (Brasil/CESE) no Comitê Facilitador do Positivo MROSC

26 AGO 2020
16H AS 17H30 HORÁRIO DE BRASÍLIA

Participantes:
Vera Matagão - Presidente do Ação Educativa e ex-Diretora do Alzorg
Diogo de Sant'Ana - Ex-Secretário Executivo do Secretário-Geral do Presidência da República
Silvio Sant'Ana - Diretor da Fundação Grupo Igual Brasil e membro do CF da Plataforma MROSC
Lais de F. Lopes - Ex-Assessora Especial do Ministro do Secretário-Geral do Presidência da República

MOMENTO MROSC
TRANSMISSÃO NO FACEBOOK E YOUTUBE DA PLATAFORMA MROSC

A importância do CONFOCO para a implementação da Lei 13.019/2014.
LANÇAMENTO DO "GUIA PARA MOTIVAR A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL"

17 JUN 2021
15h30 às 16h30
Hotel de Brasília

Mediadora
CANDICE ARAÚJO
Assessora do ELO - Licitação e Organização.

LIANA ROLEMBERG - Presidente do CONFOCO-BA e representante do CESE, do segmento Defesa de Direitos.
MARY CLÁUDIA - Vice-Presidente do CONFOCO-BA e Coordenadora Executiva de Coordenação de Assuntos Legislativos da Secretaria de Relações Institucionais - COM/SEIRN.
NIL CÉSAR - Presidente do CONFOCO-Br e Diretor de Relações Estratégicas da Casa do Beco.
MARISA SEBASTIÃO RESENDE - Vice-Presidente do CONFOCO-Br.

Como fruto da adaptação das ações da Plataforma em função da Pandemia, a Plataforma deu início a série de atividades chamada de Momento MROSC. O Momento MROSC é uma iniciativa que propicia o debate através de lives, desde a construção da proposta do MROSC, a Lei 13.019/14, visitando outros temas relacionados à agenda MROSC. Em agosto de 2020, realizou-se o 1º Momento MROSC, possibilitando uma abordagem histórica da construção e afirmação de um ambiente favorável ao fortalecimento e autonomia das OSC numa sociedade democrática.

O segundo momento Mrosc será realizado em junho de 2021, e na ocasião será lançado o Guia para motivar a participação da sociedade civil na construção do CONFOCO.

2. Roda de Conversa no Fórum das Resistências

Em janeiro de 2020, organizou-se na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, durante o Fórum Social da Resistência, a seguinte roda de conversa “Plataforma MROSC: Resistências e Convergências na afirmação da democracia”. A atividade deu visibilidade às ações da Plataforma, à proposta de regionalização e às atividades da Frente Parlamentar Mista em Defesa da sociedade civil.



3. MROSC e COVID

Publicada em julho de 2020, a “Cartilha MROSC e COVID” tem por objetivo trazer um roteiro para apoiar os processos de tomada de decisão das OSC nas relações de parceria firmadas com o Poder Público com base na Lei nº. 13.019/2014 – MROSC durante a pandemia da Covid-19, com informações relevantes em cada uma das etapas de desenvolvimento da relação de parceria: planejamento, seleção e celebração, execução, monitoramento e prestação de contas.

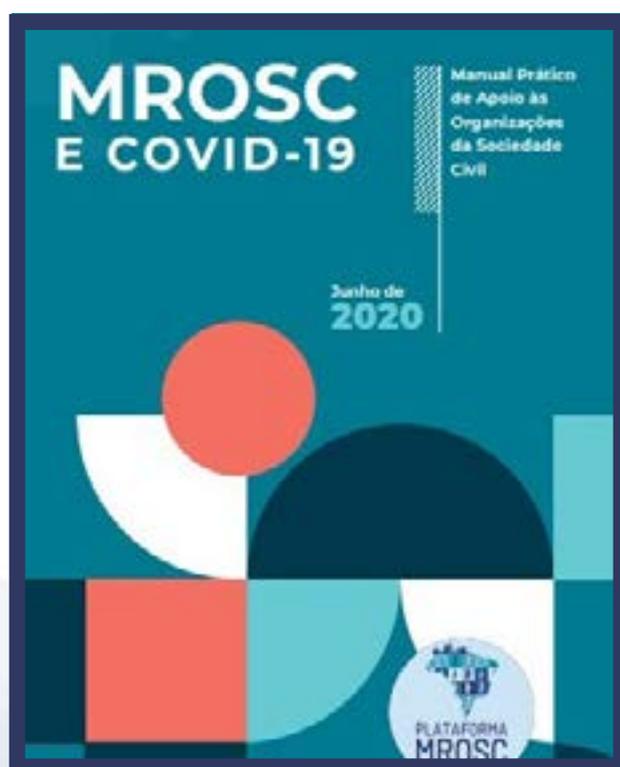


Foto 1: Cartilha Mrosc e Covid

Esse manual foi amplamente divulgado, a exemplo do CONFOCO BA que encaminhou para todos/as conselheiros/as do poder público, sugerindo compartilhamento interno nos respectivos órgãos; para as 27 assessorias de planejamento e

gestão (APG) dos órgãos do Estado e 286 OSC de 27 Territórios de Identidade. O manual também serviu de apoio à ABONG para a elaboração de formação destinada às OSC sobre o momento de pandemia.

4. Cartilha Liderança de Mulheres



Em outubro de 2020, a Plataforma publicou a “Cartilha Fortalecimento de Lideranças, Organizações de Mulheres e MROSC em tempos de COVID-19”, a qual reúne depoimentos de lideranças, disseminação de informações sobre a agenda MROSC e orientações práticas para Organizações de Mulheres durante a pandemia.

5. Boletins: Somos MROSC



O boletim informativo “Somos MROSC” oferece uma visão sobre o cenário atual do Congresso Nacional, destacando propostas legislativas em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal que possam interessar às Organizações da Sociedade Civil (OSC). O objetivo desta publicação é manter as organizações signatárias da Plataforma MROSC informadas sobre proposições que impactem o ambiente jurídico das OSC. Até o momento já foram divulgados 6 boletins.

6. Notas Técnicas

Através do apoio da assessoria jurídica da Plataforma MROSC, foram elaboradas 7 notas técnicas sobre proposições legislativas relacionadas à agenda MROSC, as quais serviram como documento para incidência junto ao Congresso Nacional e para mobilização da sociedade civil em geral para maior apoio às referidas proposições.

NOTA TÉCNICA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 534/2019

O documento apresenta contribuições acerca do Projeto de Lei nº 534/2019, que intenta a alteração do artigo 22 da Lei nº 9.532/1997, para permitir que o contribuinte pessoa física possa optar por ter suas doações descontadas da parcela mensal do imposto de renda retido na fonte.



NOTA TÉCNICA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 4.953/2016

O documento tem por propósito trazer importantes observações acerca das fragilidades do Projeto de Lei, que busca tornar obrigatório que as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) declarem, anualmente, os recursos recebidos do exterior ou de entidades ou governos estrangeiros, mesmo que em moeda nacional.





Expansão quantitativa e qualitativa da base da plataforma e fortalecimento das Signatárias

A Plataforma MROSC cresceu exponencialmente nos últimos 2 anos. Em setembro de 2018, a Plataforma possuía 249 Entidades Signatárias. Em levantamento feito em Abril de 2021, a Plataforma conta com 1643 Entidades. Atualmente, a Plataforma possui signatárias em todos os estados Brasileiros.

- **Fomento a interiorização e criação de Plataformas e Articulações Estaduais**

a. Fomento a criação de novas plataformas e articulações

Até junho de 2019, a Plataforma contava com apenas 3 Plataformas Estaduais, sendo: BA, SE e AC. Desde então, a Plataforma MROSC articulou a formação das seguintes Plataformas e Articulações Estaduais: PE, DF, RJ, SC, MG, PA, MA, SP sendo cada uma em diferente nível de organicidade e consolidação.

b. Atividades das plataformas existentes

ACRE

A Plataforma Estadual Acre conta com 51 signatárias envolvidas em sua construção em todas as 5 regionais do Estado. Destaca-se a sua participação na articulação com vereadores/as e a Prefeita de Rio Branco/AC, o que possibilitou sua contribuição na elaboração de projeto de lei municipal sobre regulamentação do MROSC em Rio Branco. Outra iniciativa importante foi articular com signatárias da Plataforma em outros estados da região amazônica a formação de uma Plataforma MROSC Norte.



BAHIA

A Articulação Estadual possui 264 OSC participantes. No final de 2019, a consultora política da Plataforma MROSC e integrante da Plataforma BA assumiu a presidência do Conselho de Fomento e Colaboração da Bahia (CONFOCO/BA) para um mandato de 2 anos. Esta nova composição permitiu maior articulação e participação da Plataforma BA no processo de tomada de decisões relacionadas à implementação de parcerias no Estado. Ademais, a Plataforma BA realizou 3 caravanas territoriais entre outubro e novembro de 2019.



Além disso, a comissão de Normas da Plataforma MROSC Bahia realizou consulta com as OSC signatárias sobre os possíveis ajustes realizados nas atuais parcerias celebradas com os poderes públicos, e principalmente para compreender como estão se dando essas negociações. Como resultado, a pesquisa constatou que 100% das OSC afirmaram que a Pandemia impactou na execução de parcerias planejadas. Ainda, a Plataforma também realizou consulta sobre cobrança de tarifa bancária, em parceria com o CONFOCO/BA. O objetivo foi verificar como estava sendo o tratamento pelas Secretarias Estaduais e Instituições Financeiras Públicas em relação a isenção de tarifas bancárias em contas específicas de OSC executando parcerias públicas. Por fim, elaborou-se também Carta Política ao governador do estado, pedindo por maior reconhecimento, por parte do Estado, do papel desempenhado pelas OSC e de seus desafios durante a pandemia.

DISTRITO FEDERAL

No DF, existem 105 signatárias e 37 envolvidas diretamente na articulação estadual. Foram realizados 10 encontros de formação chamados de “terceiro setor em primeiro lugar” com temas que foram de incentivos fiscais, voluntariado e futuro das OSC, entre outros, além de reuniões de articulação com a defensoria pública distrital, com o gabinete do governador e



com a câmara legislativa.

Foram formadas comissões de comunicação, advocacy, formação e mobilização que resultaram na realização do Seminário de Mobilização de Recursos, realizado em parceria com a Câmara Legislativa do Distrito Federal, frente parlamentar das ODS e comissão de direitos humanos, que contou com a participação de mais de 2000 pessoas e o curso de extensão pela UNB que se inicia no segundo semestre de 2021.

SERGIPE

Em Sergipe, a Plataforma Estadual conta com 9 signatárias envolvidas e organizações parceiras. Destacam-se a realização de seminário de articulação de territórios, ocorrido em outubro de 2019, bem como as



articulações com a Procuradoria Geral do Estado – PGE; a Promotoria Especializada do Terceiro Setor; e, o Mandato do Deputado Estadual Iran Barbosa para reedição do Decreto Estadual nº 30.874/2017, bem como, para a criação do CONFOCO/SE. O Seminário MROSC em Movimento, realizado pela Plataforma SE em 31/05/2021 contou com a participação da presidente do Confoco BA e da Procuradora do Estado, que assessora juridicamente o Conselho.

O referido seminário contou ainda com a participação do Presidente do CONFOCO BH e da PGM de BH. Além da participação da Representante da Vice Governadora do Estado (Eliane Aquino), de Assessores de 4 Deputados Estaduais, 7 Vereadores e uma Vice Prefeita de municípios sergipanos que se somam ao processo de articulação pra reedição do Decreto.

PERNAMBUCO

Criada em outubro de 2019, a Plataforma está em fase de consolidação. Conta com 19 signatárias envolvidas, tendo formado uma comissão executiva e criado grupos de trabalho para articulação, normativa, comunicação e formação. Em 2020, destacou-se por sua ação de mobilização através de conteúdos informativos sobre a prevenção contra a COVID-19.



Além disso, a Plataforma deu início ao processo de construção de um planejamento estratégico para a estruturação de sua governança, mobilização de novas entidades signatárias e ampliação de sua atuação para todo o Estado de Pernambuco. Em razão da pandemia, também adaptou suas rodas de formação e mobilização de novas signatárias para o formato virtual.

RIO DE JANEIRO

O ano de 2020, em especial, a partir de março, trouxe às organizações da sociedade civil ainda mais desafios para a realização de seus trabalhos e projetos. Com a chegada da pandemia da Covid-19, as incertezas foram ainda mais evidentes e com isso, os desafios aumentaram para que organizações pudessem dar continuidade aos projetos em andamento. Nesse sentido, as organizações que compõem a articulação da Plataforma MROSC RJ também enfrentaram essas dificuldades para o funcionamento básico de seus projetos e atividades.



Assim, de forma remota em razão da pandemia, a Plataforma seguiu no fortalecimento de suas articulações e sempre em contato com as organizações que tem participado dos encontros e atividades. No total, a Plataforma realizou 3 momentos formativos e ainda em junho de 2021, será organizado um momento de avaliação do que já foi realizado pela Plataforma e o que deve ser priorizado para fortalecer a interiorização da Plataforma MROSC no estado do Rio de Janeiro.

c. Fortalecimento das Signatárias

Por meio da ação “Fortalecimento e Regionalização da Plataforma MROSC”, a Plataforma apoiou 78 ações através da publicação de 4 editais para financiamento de projetos, sendo 49 em 2020 e 29 em 2021. Em suma, foram recebidas 706 propostas para os editais, sendo 99 para o edital 1, 488 para o edital 2, 6 para o edital 3 (exclusivo para plataformas estaduais) e 113 para o edital 4.

Os apoios priorizaram ações de signatárias e plataformas estaduais nas seguintes linhas:

1. ações relacionadas à implementação da agenda ampla do MROSC (edital 1.2020 - 23 ações)
2. ações destinadas ao combate dos efeitos da pandemia no Brasil (editais 02.2020, 3 e 4.2021 - 55 ações)
 - i. Iniciativas de OSC e Plataformas Estaduais em resposta aos efeitos da pandemia e do isolamento social
 - ii. Fortalecimento da Sociedade Civil através da viabilização dos meios necessários à manutenção das atividades da OSC (editais 2.2020, 3 e 4.2021)



Fortalecimento das ações de Incidência Política da Plataforma MROSC

A partir do golpe de 2016 percebeu-se claramente que os canais de comunicação da Plataforma com os aparelhos de estado (em todos os locais) deveriam se diversificar. Até lá o foco era quase exclusivo no poder executivo com alguns intentos de contatos e estabelecimento de parcerias com o Legislativo visando um primeiro intento de criação de Frente Parlamentar Mista em defesa das OSC.

Desde então, os Encontros Nacionais sinalizaram e insistiram na necessidade e urgência de ampliar a incidência da Plataforma sobre o Parlamento (federal e nos legislativos estaduais e municipais).

A instalação de governos autoritários em 2019 acentuou as dificuldades de relacionamento junto ao executivo federal e por mimetismo, com vários governos estaduais que, fortalecidos e induzidos pelo governo central se sentiram também autorizados a caminhar na trilha do autoritarismo e do alijamento das OSC das políticas públicas. Na conjuntura é notória a promoção - pelo governo federal - do desmantelamento das instituições e normas que garantiam direitos tanto pessoais quanto socioambientais.

Assim, em todos os estados e no âmbito federal signatárias e instâncias da plataforma têm trabalhado no sentido de melhorar e intensificar a conexão com o Parlamento por meio de articulações com parlamentares reconhecidamente apoiadores das entidades, com as comissões do parlamento e até os Tribunais de Contas (órgãos legislativos de controle) e pela tentativa de estabelecimento de canais institucionais como as Frentes Parlamentares (suprapartidárias) de apoio às OSCs.



No âmbito federal existe hoje uma Frente onde membros do Comitê Facilitador e de outras signatárias fazem parte da coordenação e que começa a se consolidar e atuar de maneira cada vez mais intensa e eficazmente. É importante salientar que em vários estados, signatárias, juntamente com parlamentares, exploram possibilidades para estabelecimento de instâncias de cooperação permanentes e os efeitos destes esforços são claramente positivos e animadores e a juízo do Comitê Facilitador devem ser fortalecidos.

Nesta caminhada recente, nos demos conta que para a maioria das signatárias nos falta conhecimento sobre o funcionamento (e regras) do parlamento e sobre as melhores e mais eficientes formas de intervenção. Ainda quando existam ofertas de cursos de capacitação sobre advocacy e lobby nem sempre são acessíveis ou, em muitos casos as entidades não conseguem articular tais ofertas com suas agendas.

Ainda assim, em muitos estados, signatárias, plataformas e articulações estaduais já conseguiram estabelecer uma base de diálogo com o Parlamento buscando por esta via contribuir com a criação de um ambiente regulatório estadual (ou municipal) adequado e favorecido para a ação das OSC. Esta ação subnacional é de extrema importância pois há permanente conexão política dos parlamentos locais com o federal.

Assim, ao se qualificar e incidir fortalecendo os vínculos locais entre OSC e parlamentares, as signatárias e seus coletivos fortalecem também a capacidade e musculatura política da Plataforma global que, a seu turno, lhes fortalece e lhes serve de blindagem e ancoragem.

Dada a importância desta ação, no âmbito federal o Comitê Facilitador, a partir da ação "Fortalecimento e Regionalização da Plataforma MROSC", contratou consultoria especializada para acompanhamento legislativo

Por meio dela, a Plataforma ampliou de forma significativa sua capacidade de atuação no Congresso Nacional, a partir de ações cotidianas

do acompanhamento, monitoramento e incidência política direta nas proposições legislativas referentes à agenda MROSC.

A intensidade e velocidade desta ação (demandando muitas vezes decisões imediatas após a chamada base governista de “passar a boiada”) requereu que o CF criasse um “Grupo de Incidência” composto por membros do CF, assessores jurídicos (da Plataforma) e signatárias também envolvidas com ação junto ao Congresso.

A nova consultoria, juntamente com as consultorias políticas e jurídica da Plataforma, tem contribuído na articulação da Plataforma com parlamentares, frentes parlamentares, lideranças partidárias, na análise de proposições legislativas; elaboração de sugestões de proposições, emendas, fact sheets, sobre temas da agenda MROSC, bem como na edição do boletim Somos MROSC, dentre outras demandas.

Resumidamente as principais temáticas acompanhadas pela Plataforma foram as seguintes:

A. Reforma Tributária

Preparação e acordo interno sobre Proposta de emenda constitucional, mobilização e articulação com parlamentares para assegurar reforma tributária justa e adequada para as OSC

B. Tramitação de pautas no Congresso relacionadas às OSC no contexto de Pandemia

- ★ PL 4113/20 - Regime jurídico transitório para as parcerias entre Administração Pública e as OSC durante a pandemia.
- ★ MP 944/20 - Incidência para inclusão das OSC nas medidas emergenciais de proteção ao trabalho adotadas no combate aos efeitos da pandemia.

- ★ PEC 14/20 - sugestão de emendas.
- ★ MP 931/20, PL 5546/20, PL 380/21 - Regulamentação da realização de assembleias e reuniões online pelas OSC.
- ★ PL 5307/20 - Renovação dos Programas Nacionais de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

C. Fiscalização e possível criminalização das OSC.

- ★ PL 4953/16 - Busca criar obrigações de OSC de declararem anualmente recursos recebidos do exterior.
- ★ PL 6764/02, PL 2462/91 - Visa a alteração da Lei de Segurança Nacional
- ★ PL 67/21 - Aperfeiçoa regras de transparência e fiscalização no âmbito de Parcerias regidas pela lei 13.019/14

Importante lembrar que todas estas proposições e ações, foram realizadas porque estas propostas, de alguma maneira, interferem na vida das OSC do Brasil.

Os últimos meses mostraram a necessidade de uma vigilância permanente sobre os poderes executivos e legislativos em todos os âmbitos da federação. Não podemos esquecer que a atual política do governo federal em relação às OSC é de aberta e pública hostilidade, e que muitas destas iniciativas visam em resumo – retirar da vida pública aquelas OSC envolvidas na defesa dos direitos e temas republicanos.

Assim, a permanente e intensa articulação e vigilância das signatárias e as diversas instâncias da Plataforma apoiadas pelo Comitê Facilitador continuarão sendo estratégicas para a viabilização dos objetivos da Plataforma.



Por fim, abaixo trazemos algumas das principais articulações estratégicas e espaços acompanhados pela Plataforma no período:

- ★ Frentes Parlamentares (federal e estaduais)
- ★ Rede de Ação Colaborativa -RAC
- ★ Coalizão de OSC sobre o GAFI (Grupo de Ação Financeira Internacional - ações de controle financeiro de OSCs)
- ★ CONFOCOS - Conselhos de Fomento e Colaboração, criados e efetivados até o momento, a partir da aprovação da Lei 13.019: Bahia, estadual, e Belo Horizonte, municipal.

Além destes espaços, a Plataforma fortaleceu diálogos com segmentos que tradicionalmente não possuíam uma atuação mais efetiva nos debates do MROSC, como organizações negras, LGBTQI+ e dos povos indígenas.

Nos temas de debates sobre a Reforma Tributária, a Plataforma MROSC tem dialogado com vários setores como, por exemplo, a FENAFISCO que reúne os sindicatos dos auditores fiscais estaduais e defende, entre outras pautas, a taxação das grandes fortunas.



Fortalecimento institucional da própria estrutura da plataforma



Durante os 2 anos, o Comitê Facilitador realizou 50 reuniões, sendo 48 virtuais e 2 presenciais. Registra-se que até setembro de 2020 eram realizadas reuniões majoritariamente quinzenais. Após essa data, as reuniões passaram a acontecer semanalmente.

No mesmo período, o Comitê Gestor do Projeto “Fortalecimento e Regionalização da Plataforma MROSC” realizou 32 reuniões, sendo 30 virtuais e 2 presenciais.

Comunicação

- Elaboração, Implementação e Atualização do Plano de Comunicação

O Plano estrutura-se em três linhas complementares, a saber:

- 1) Comunicação para a construção de uma agenda positiva das OSC;
- 2) Comunicação para a divulgação da Lei 13.019/2014;
- 3) Regionalização da Plataforma MROSC.

Em 2020, a partir de escuta realizada a partir do Perfil de signatárias da Plataforma e das Plataformas Estaduais, foram constatadas possibilidades de aperfeiçoamento e alterações de estratégias como forma de adaptação ao momento de pandemia. As referidas alterações serão implementadas em 2021.

No total, foram compartilhadas 173 publicações, sendo notícias, notas, divulgação de atividades, artigos, dentre outros conteúdos.

- Crescimento das redes sociais

Em outubro de 2018, a página da Plataforma no facebook tinha 1.945 seguidores. Atualmente, possui 3.245 pessoas seguindo. Além disso, criou-se contas de Instagram (1.072 seguidores), Twitter e Youtube da Plataforma.

Encontro Nacional de Signatárias



Foto: 7º Encontro Nacional de Signatárias da Plataforma MROSC

Em setembro de 2020, realizou-se o VII Encontro Nacional de Signatárias da Plataforma MROSC. A atividade contou com 149 inscrições e a participação de 110 pessoas, sendo 76 mulheres e 34 homens, totalizando representantes de 91 OSC.

Plenária das Plataformas



Foto: Plenárias das Signatárias

No processo de mobilização para o VII Encontro Nacional, a Plataforma organizou um momento de troca de informações e alinhamento com as 06 Plataformas Estaduais criadas até o momento, possibilitando

o intercâmbio e a reflexão entre os avanços e os desafios. A Plenária das Plataformas Estaduais contou com a participação de 37 pessoas, sendo 22 mulheres e 15 homens, de 32 OSC. A atividade foi motivada pela necessidade de garantir uma maior interlocução entre a Plataforma MROSC e as Plataformas e Articulações Estaduais.

Estruturação de Grupos de Trabalho

- **Tributário**

A decisão de criar o GT surgiu a partir do VII Encontro Nacional de Signatárias e deu-se em função de que uma das reivindicações essenciais da Plataforma é a criação de um regime tributário diferenciado e favorecido às OSC. Agregue-se a isto o fato de que o Parlamento e o Governo Federal propuseram uma série de emendas constitucionais e infraconstitucionais sobre a matéria. Em nenhuma delas a situação das OSC era sequer mencionada, salvo a reafirmação da imunidade das entidades beneficentes.

Ao longo de sua existência a Plataforma sempre buscou estudar e desenvolver propostas que pudessem reduzir a carga tributária incidente sobre as OSC e, ao mesmo tempo, pudessem incentivar doadores e doações às entidades. Se avaliou que, devido a crise fiscal seria muito difícil reivindicar benefícios imediatos e que seria mais viável reivindicar a obrigação do Estado estabelecer um regime tributário adequado e que uma lei complementar posterior estabelecesse tal regime baseado no princípio de que a solidariedade não deve ser tributada!

A proposta inicial foi submetida ao GT que decidiu convocar uma ampla discussão das signatárias a respeito da PEC. Organizou-se um evento virtual que, com a colaboração de várias signatárias, sugeriu e adotou alterações e melhorias da proposta original que foi encaminhada aos parlamentares aliados.

Graças aos esforços do GT Incidência, o texto foi apresentado ao relator da comissão que examinava a matéria e, em seu discurso de apresentação de seu relatório, mencionou nossa proposta, ainda que não a tenha incluído no texto.

Ademais o GT decidiu que deveria o mais rápido possível trabalhar no desenho da Lei Complementar, pois independentemente do que venha ser aprovado pelo parlamento, devemos estruturar nossas propostas de simplificação do regime, de redução de tributos (inclusive estaduais) e a criação de incentivos fiscais para doações.

Com a atual incerteza quanto aos caminhos da Reforma Tributária, modelo e tamanho, fica difícil para o GT determinar o melhor direcionamento do seu esforço de agora em diante, embora não deva desmobilizar suas atividades.

- **Interiorização e Formação**

Dando sequência ao processo indicado como uma prioridade pelo VII Encontro Nacional de Signatárias, o Comitê Facilitador da Plataforma MROSC apresentou um documento inicial orientador e oportunizou um espaço de escuta das signatárias em março de 2021, visando à construção e validação da proposta do Grupo de Trabalho de Interiorização e Formação.

A partir de 3 perguntas orientadoras, os grupos refletiram, apresentando sua visão para orientar os trabalhos futuros. Segue, sinteticamente, o que resultou desse momento:

- 1. Na visão do grupo, Interiorização e Formação devem ser trabalhados pelo mesmo GT?**

Foi consenso concentrar o trabalho em um só grupo, ao menos inicialmente. Considerou-se que os dois temas se complementam e o

trabalho pode se dar sob a mesma governança, buscando-se responder às demandas dos dois processos, em perspectivas macro e micro, um realimentando o outro, a partir da elaboração de um bom Plano de Trabalho e recursos para o desenvolvimento das ações.

2. Qual a prioridade a ser enfrentada neste momento?

A questão central do contexto é o enfrentamento à Pandemia e a crise que o Brasil vive neste momento. Para a Plataforma MROSC, deve ser prioridade a busca por comprometimento dos governos, em seus diversos níveis, e de candidatas/os para a eleição de 2022, para maior apoio ao MROSC. Na dificuldade de ações em âmbito nacional, por razões políticas, deve-se priorizar iniciativas para implementação de políticas de âmbito local, porém replicáveis, de fortalecimento das organizações. Foi salientada ainda a importância de se priorizar a formação, para que as OSC entendam o contexto que estamos vivendo e para esclarecimento sobre espaços de participação, possibilitando uma atuação mais efetiva da sociedade civil.

3. O que o grupo considera prioritário para avançar na implementação do MROSC em todo o país?

Foi destacada a importância do trabalho pela constituição do CONFOCO onde exista articulação favorável a esse encaminhamento. Do ponto de vista qualitativo deveremos trabalhar a formação em incidência política de forma nova com o empoderamento efetivo das OSC e visando o empoderamento da população. É importante pensar a comunicação, mobilização e sensibilização da plataforma para a população em geral, enfocando direitos e espaços participativos (atuação para fora), diante da dificuldade de reação da população às situações experimentadas. A interiorização, nesse sentido, é tomada como prioridade.

Principais encaminhamentos

Após as reflexões sobre os temas da interiorização e da formação, em um breve debate foram sugeridos como principais encaminhamentos, a serem retomados pelo GT, como resultantes da escuta:

Considerar a importância da busca de apoio a sobrevivência e fortalecimento das OSC no contexto atual, com desafios da pandemia;

Fomentar, em cooperação com as articulações e Plataformas estaduais, a organização de equipes estaduais de “interiorização e formação”;

★ Incentivar e avaliar as políticas locais de apoio às OSC e de fomento ao voluntariado;

★ Construir um plano de trabalho para formação e interiorização, que deva considerar a ampliação do debate dentro das OSC, nos estados e municípios e na sociedade mais ampla, para que se compreenda a importância das OSC para a construção de uma sociedade mais justa e democrática;

ANEXO - PLATAFORMA MROSC EM NÚMEROS

68.452 Pessoas alcançadas no Facebook

3.245 Seguidores no Facebook

1.643 Signatárias

660 Pessoas envolvidas nas atividades

199 Postagens nas redes sociais

78 Projetos apoiados

50 Reuniões do Comitê Facilitador

32 Reuniões do Comitê Gestor

28 Boletins, cartilhas, estudos, notas produzidos

19 Vídeos elaborados

15 Relatórios produzidos

12 Plataformas e Articulações Estaduais

8 Caravanas Estaduais

7 Proposições legislativas apresentadas no Congresso

Nacional

7 lives, debates, plenárias e seminários virtuais

2 Encontros Nacionais

1 Plenária das Plataformas Estaduais

Realização:



Apoio:



**Financiado pela
União Europeia**

Este relatório foi elaborado com a participação exclusiva da Plataforma MROSC, não podendo, em caso algum, considerar-se que reflete a posição da União Europeia.



plataformaosc



plataformamrosc



plataformamrosc